



NEOENERGIA

**REGIMENTO INTERNO DA
SUPERINTENDÊNCIA DE
COMPLIANCE DA NEOENERGIA**

2022

ÍNDICE

TÍTULO I. Natureza, objeto, missão, aprovação e alteração.

Artigo 1º - Natureza, objeto e missão. Pag. 03

Artigo 2 – Aprovação e alteração. Pag. 03

TÍTULO II. Superintendente de Compliance.

Artigo 3 – O Superintendente de Compliance. Pag. 04

Artigo 4 – Atribuições. Pag. 04

TÍTULO III. O Comitê de Compliance

Artigo 5 - Formação, composição e atribuições do Comitê de Compliance. Pag. 06

TÍTULO IV. Recursos, orçamento, plano anual de atividades, funções

Artigo 6 - Recursos Humanos e Materiais. Pag. 08

Artigo 7 – Orçamento. Pag. 08

Artigo 8 - Plano anual de atividades. Pag. 08

Artigo 9 - Poderes e Assessoramento. Pag. 08

Artigo 10 - Deveres dos Membros da Superintendência de Compliance. Pag. 09

TÍTULO V. Canais de Ética

Artigo 11 – Gestão dos canais de comunicação de ética. Pag. 09

Artigo 12 - Aceitação para Processamento dos relatos. Pag. 10

Artigo 13 - Processamento do Relatório de Investigação. Pag.10

Artigo 14 - Conclusão da investigação. Pag. 11

Artigo 15 – Disposições gerais Pag. 12

REGIMENTO INTERNO DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMPLIANCE

Atualizado em 13 de dezembro de 2022.

Artigo 1º - Natureza, objeto e missão.

1. O Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A (“**Companhia**”, “**NEOENERGIA**” ou “**Sociedade**”) aprova este Regimento Interno (“**Regimento**”) da Superintendência de Compliance (“**Superintendência**”).

Este Regimento tem por objeto regular as atividades desenvolvidas pela Superintendência de Compliance da Companhia, abrangendo os principais aspectos para o desenvolvimento de suas atribuições, bem como o seu relacionamento com as diversas áreas das empresas que compõem seu grupo empresarial (“**Grupo NEOENERGIA**” ou “**Grupo**”), no sentido de propiciar a independência e a objetividade necessária ao desenvolvimento de sua missão.

2. A Superintendência de Compliance é configurada como uma área interna independente, dentro da estrutura formal da Companhia, vinculada ao seu Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade, responsável por zelar pelo cumprimento proativo dos regulamentos estabelecidos de acordo com o Sistema de Governança e Sustentabilidade, do qual é parte integrante o Sistema de Compliance, atuando na prevenção e correção de não conformidades legais e condutas inadequadas ou fraudulentas, motivando e disseminando uma cultura ética e de integridade, possuindo responsabilidades, competências, autonomia orçamentária e independência de ação, conforme estabelecido neste Regimento.

3. O Sistema de Compliance é composto por todas as normas, procedimentos formais e ações materiais que tem por objetivo garantir a atuação da Neoenergia de acordo com os princípios éticos e a legislação aplicável, de forma a prevenir condutas ilícitas, contrárias à ética ou ao Sistema de Governança e Sustentabilidade, que possam ser cometidas pelos seus Profissionais no exercício de suas atribuições e atividades.

4. Para cumprir sua missão, a atuação da Superintendência de Compliance abrange todas as empresas da NEOENERGIA, na condição de controladora ou detentora da maior parte do capital. Mediante autorização de seus acionistas, a Superintendência de Compliance poderá atuar em empresas cujo controle não seja exclusivo da NEOENERGIA. Nas empresas controladas pela NEOENERGIA a atuação poderá se dar por intermédio dos responsáveis por compliance nessas empresas, mediante um protocolo de coordenação.

Artigo 2 – Aprovação e alteração.

Qualquer alteração deste Regimento deverá ser aprovada por decisão do Conselho de Administração, após prévia opinião do Comitê de Sustentabilidade, salvo quando a modificação for de iniciativa do próprio Conselho de Administração.

TÍTULO II. Superintendente de Compliance.

Artigo 3 – O Superintendente de Compliance.

1. A pessoa com o nível mais elevado de responsabilidade na Superintendência de Compliance será o seu Superintendente (“**Superintendente de Compliance**”), que terá os poderes necessários para realizar as funções relativas ao cargo.
2. A nomeação e o afastamento do Superintendente de Compliance são atribuições do Conselho de Administração da Companhia, na forma estabelecida em seu Regimento Interno.
3. O Superintendente de Compliance deverá ter os conhecimentos, a experiência e as qualificações necessárias para exercer as suas funções e responsabilidades.
4. O Superintendente de Compliance deverá gerir todo o funcionamento da Superintendência de Compliance e seu orçamento, e será responsável por tomar as medidas e executar os planos de ação correspondentes e velar para que a Superintendência cumpra, de forma proativa e eficiente, suas atribuições.
5. O Superintendente de Compliance será responsável por estabelecer a estrutura da Superintendência de Compliance, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, com base nos princípios de independência e de eficiência em gestão, sendo que o Comitê de Sustentabilidade será responsável por assegurar que a Superintendência de Compliance tenha os recursos humanos e materiais necessários para cumprir suas atribuições.
6. O Superintendente de Compliance dirigirá o Comitê de Compliance, que será composto de representantes das áreas corporativas ou de negócios da Companhia.
7. Nem o Superintendente de Compliance nem os demais integrantes da Superintendência de Compliance poderão ser membros do Conselho de Administração da NEOENERGIA ou de qualquer empresa que integre o seu grupo econômico.
8. O Comitê de Sustentabilidade emitirá, a cada ano, sua opinião sobre o desempenho do Superintendente de Compliance.
9. O Superintendente de Compliance exercerá diretamente as suas competências que lhe são atribuídas por este Regimento e demais normas do Sistema de Governança e Sustentabilidade.

Artigo 4 – Atribuições.

A Superintendência de Compliance terá as seguintes atribuições principais, sem prejuízo de outras que possam lhe ser outorgadas pelo Conselho de Administração:

- a) Disseminar o conhecimento e o cumprimento do Código de Ética da Companhia, promovendo as ações de formação e comunicação que considerar apropriadas, assim

como das Políticas e Procedimentos de Compliance e prevenção contra a fraude. Com tal propósito, a Superintendência de Compliance incluirá no plano anual de atividades atuações de formação e comunicação interna.

b) Elaborar e propor ao Conselho de Administração o Programa de Integridade da Companhia ("**Plano de Integridade**") ou suas revisões, responsabilizando-se pela sua execução e avaliação de seu cumprimento;

c) Divulgar o conteúdo da Política Contra a Corrupção e Fraude e da Política de Prevenção de Delitos, para promover uma cultura preventiva baseada no princípio da "tolerância zero" contra a prática de atos ilícitos, fraudes, corrupção ou suborno, e na aplicação de princípios éticos e comportamento responsável de todos os Profissionais do Grupo, independentemente de seu nível hierárquico ou de seu local de trabalho;

d) Interpretar de forma vinculante o Código de Ética e resolver quaisquer consultas ou dúvidas que lhe forem apresentadas no tocante ao conteúdo, aplicação ou cumprimento e, em particular, no tocante à aplicação das medidas disciplinares pelos órgãos competentes;

e) Aprovar manuais, orientações e procedimentos de atuação, em conformidade com as disposições e requisitos do Sistema de Governança e Sustentabilidade, dando ciência ao Comitê de Sustentabilidade, com a finalidade de assegurar o cumprimento do Código de Ética;

f) Revisar os procedimentos internos da Companhia e suas empresas controladas para verificar sua efetividade na prevenção de condutas inadequadas e identificar eventuais procedimentos que sejam mais efetivos na promoção dos mais altos padrões éticos;

g) Gerir os canais de comunicação de ética (canais de denúncia e canal de consulta) disponibilizados pela Companhia e suas controladas e realizar as investigações correspondentes, promovendo os procedimentos de verificação e investigação dos relatos recebidos, emitindo relatórios, conclusões, decisões e recomendações apropriadas sobre os relatos processados;

h) Efetuar a avaliação de riscos de compliance em relação à corrupção e ao cometimento de delitos, sugerindo e acompanhando medidas de mitigação adequadas;

i) Planejar e implantar, juntamente com a área de Recursos Humanos, programas de treinamento adequados para todos os profissionais do Grupo, sobre os deveres impostos pelo Código de Ética, Política contra a Corrupção e a Fraude e Política para a Prevenção de Delitos, bem como em relação à legislação anticorrupção aplicável, com periodicidade suficiente para garantir a atualização do conhecimento nestas áreas;

j) Estabelecer as ferramentas necessárias para assegurar o registro e a rastreabilidade das ações que compõem o Sistema de Compliance da Companhia;

k) Avaliar, pelo menos uma vez por ano, o *Programa de Prevenção de Delitos* da sociedade, emitindo relatório correspondente, incluindo ações melhoria, se necessário, apresentando-o ao Comitê de Sustentabilidade.

§ 1º Dentro destas atribuições, a Superintendência de Compliance será responsável por elaborar, aprovar, atualizar e assegurar, de forma contínua, a aplicação dos procedimentos considerados necessários ou apropriados para a prevenção de crimes e medidas antifraude na Companhia;

§ 2º A Superintendência de Compliance poderá ter também outros poderes e atribuições de natureza única ou permanente, conforme indicação do Conselho de Administração ou do Comitê de Sustentabilidade da Companhia, previstos em seu Estatuto Social ou em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

§ 3º b) As ações de comunicação interna serão executadas de acordo com um plano de comunicação, assegurando-se que seu conteúdo e forma estejam de acordo com os padrões definidos pela área de Comunicação Interna.

§ 4º A Superintendência de Compliance apresentará periodicamente ao Comitê de Sustentabilidade as ações de formação e comunicação relacionadas ao Código de Ética executadas em todas as empresas do Grupo.

TÍTULO III. O Comitê de Compliance

Artigo 5 - Formação, composição e atribuições do Comitê de Compliance.

1. A Superintendência de Compliance será apoiada por um comitê multidisciplinar (“**Comitê**”) composto pelo Superintendente de Compliance, que será responsável por dirigi-lo, e por representantes das áreas ou funções da Companhia que tenham responsabilidades em áreas relacionadas à compliance.

2. As seguintes áreas da Companhia comporão o Comitê:

- a) Governança Corporativa;
- b) Fiscal;
- c) Saúde e Segurança no Trabalho;
- d) Responsabilidade Social Corporativa;
- e) Relações Institucionais
- f) Segurança Corporativa;
- g) Proteção de dados pessoais; e
- h) Recursos Humanos.

3. A Superintendência de Compliance pode propor ao Conselho de Administração a modificação das áreas representadas no Comitê, listadas na seção 2 acima, para que todas as áreas ou funções da Companhia com maior risco de compliance estejam representadas no Comitê.

4. Por meio do Comitê, o Superintendente de Compliance:

a) Assegura-se de que cada uma das áreas representadas tenha conhecimento dos processos com maior risco de conformidade sob sua responsabilidade, assim como de que não existam áreas de risco não incluídas no Comitê;

b) Identifica as áreas de risco de conformidade, cuja gestão e controle podem ser atribuídos a mais de uma área ou função da Companhia e suas empresas controladas, formulando recomendações e propostas para evitar duplicações injustificadas e situações de indefinição de responsabilidades;

c) Promove o intercâmbio de melhores práticas em matéria de conformidade dentro da Companhia e, em particular, entre as áreas representadas no Comitê;

d) Informa-se das principais ações realizadas em termos de conformidade, pelas áreas representadas no Comitê em suas respectivas áreas de atuação tais como: controles implementados, análise de risco, políticas internas e procedimentos adotados para o gerenciamento dos referidos riscos, atividades de comunicação e treinamento, atividades de detecção e medidas de remediação implementadas;

e) Analisa as mudanças legislativas e tendências regulatórias que podem ser relevantes para garantir a eficácia do Sistema de Conformidade, especialmente quando as referidas atualizações afetam mais de uma área;

f) Recebe informações periódicas sobre quaisquer incidentes que ocorram na área de responsabilidade de cada uma das áreas representadas no Comitê, que tenham relação com o Sistema de Compliance do Grupo;

g) Recebe as informações necessárias das diferentes áreas para que a Superintendência possa incorporá-las no relatório anual sobre a eficácia do Sistema de Compliance do Grupo; e

h) Obtém opiniões técnicas sobre assuntos relevantes para a Superintendência de Compliance.

5. As áreas que fazem parte do Comitê devem nomear um representante com experiência e conhecimento suficientes sobre as funções e atividades realizadas pela respectiva área em termos de conformidade.

6. O Comitê de Compliance deverá se reunir ordinariamente a cada 3 (três) meses, mediante convocação do Superintendente de Compliance, podendo, em caso de necessidade, se reunir extraordinariamente.

7. As áreas responsáveis por compliance das empresas do Grupo NEOENERGIA, quando julgado apropriado pelos seus órgãos administrativos, e mediante prévia anuência da Superintendência de Compliance, poderão ter seus próprios Comitês de Compliance, os quais prestarão apoio ao respectivo responsável por compliance, de acordo com as atividades que eles realizam e as características individuais das leis locais que lhes são aplicáveis.

TÍTULO IV. Recursos, orçamento, plano anual de atividades,

funções Artigo 6 - Recursos Humanos e Materiais

1. A Superintendência de Compliance deverá dispor dos recursos humanos e materiais necessários para executar suas funções.

2. O Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade assegurará que a Superintendência de Compliance tenha os recursos necessários para garantir sua independência e eficácia.

Artigo 7 – Orçamento

Antes do início de cada ano fiscal, a Superintendência de Compliance, mediante proposta do Superintendente de Compliance, submeterá para aprovação do Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade, um plano de orçamento para a realização de suas atividades durante o próximo ano fiscal.

Artigo 8 - Plano anual de atividades.

1. Antes do início de cada ano fiscal, a Superintendência de Compliance, mediante proposta do seu Superintendente, submeterá para aprovação do Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade, um plano anual de atividades para o ano seguinte, de acordo com as disposições dos Regulamentos de Governança Corporativa da Sociedade e das oportunidades de melhorias identificadas no Programa de Integridade.

2. O Conselho de Administração aprovará os objetivos anuais do Superintendente de Compliance, após previa validação do Comitê de Sustentabilidade

Artigo 9 - Poderes e Assessoramento.

1. A Superintendência de Compliance, por meio do seu Superintendente e desde que a lei aplicável permita, deverá ter acesso a informações, documentos, instrumentos de trabalho e aos escritórios dos Diretores e de quaisquer profissionais da Companhia, incluindo atas das reuniões dos órgãos de administração, supervisão e controle, necessários para o desempenho apropriado de suas funções. Neste sentido, todos os profissionais e Diretores da Companhia deverão cooperar e fornecer documentos e informações solicitadas pela Superintendência de Compliance para o desempenho apropriado de suas funções.

2. A Superintendência de Compliance também poderá buscar, com custos pagos pela Companhia, por intermédio dos responsáveis pela condução dos negócios ou do Secretário do Conselho de Administração da Companhia, quando for o caso, a cooperação ou assessoramento de profissionais externos, que deverão submeter seus relatórios diretamente à Superintendência de Compliance.

3. Sempre que apropriado, na medida do possível e desde que isto não afete a eficácia de suas atividades, a Superintendência de Compliance procurará agir de forma transparente, informando aos Diretores e profissionais afetados a finalidade e o escopo de suas atividades.

Artigo 10 - Deveres dos Membros da Superintendência de Compliance

1. Os membros da Superintendência de Compliance devem agir com independência de julgamento e de ação com relação ao restante da organização e executar o seu trabalho com a máxima diligência, honestidade, competência profissional e responsabilidade.

2. Os membros da Superintendência de Compliance não deverão divulgar nenhuma informação, dados, relatórios ou constatações a que possam ter acesso ocupando seus cargos, nem usar qualquer um dos itens acima em seu próprio benefício ou em benefício de terceiros, sem prejuízo de quaisquer deveres aplicáveis de transparência ou de relatório.

3. O dever de confidencialidade dos membros da Superintendência de Compliance subsistirá mesmo depois que esses membros já não estiverem em tal cargo. Este dever de confidencialidade pressupõe: a) respeitar a propriedade das informações que recebem, não as divulgando sem a autorização apropriada, exceto em caso de obrigação legal; b) ser prudente no uso e guarda de informações obtidas no curso de suas funções; c) guardar estrita obediência às normas relacionadas com o Código de Ética e às Políticas de Segurança da Informação da Companhia bem como políticas de tratamento de informações confidenciais exigidas por lei ou normativos de órgãos reguladores.

3. Os membros da Superintendência devem ser exemplo de comportamento e conduta íntegra no exercício de suas atribuições, exercendo-as com o mais alto grau de objetividade profissional, avaliação e julgamento sobre a atividade ou processo envolvido, devendo ainda avaliar de forma equilibrada todas as circunstâncias relevantes, não se influenciando por interesses próprios ou de terceiros na formulação dos seus julgamentos.

TÍTULO V. Canais de Ética

Artigo 11 – Gestão dos canais de comunicação de ética.

1. A gestão dos canais de comunicação de ética (Canais de denúncia e Canais para consultas), conforme previstos no Código de Ética, são de responsabilidade exclusiva da Superintendência de Compliance.

2. No exercício desta atribuição, a Superintendência de Compliance deverá observar as regras e princípios informativos estabelecidos para tais finalidades no *Código de Ética*.

3. Os princípios, as regras de ação e as garantias estabelecidas neste Título deverão se aplicar a todos os relatos de violações que são avaliados pela Superintendência de

Compliance ou para quem esta delegue, conforme procedimento interno, independentemente da forma como se iniciaram ou foram comunicados.

4. O tratamento de dados pessoais derivados do envio de informações pessoais por meio dos canais de comunicação ética obedecerá às normas de proteção de dados aplicáveis.

Artigo 12 - Aceitação para Processamento dos relatos.

1. Caberá à Superintendência de Compliance decidir pela admissão ou não do processamento de uma comunicação (“relato”) enviada a um dos canais de comunicação de ética.

2. Se o conteúdo do relato afetar uma das empresas da Companhia, as regras dos Protocolos de Coordenação, Colaboração, e Informação da Superintendência de Compliance, quando houver, serão seguidos, conforme o caso.

3. A Superintendência de Compliance pode determinar o não processamento de um relato desde que: i) o conteúdo do relato indique, de forma clara, que o assunto não constitui uma conduta que possa envolver cometimento de uma irregularidade, ato ilegal ou ato em violação das regras de conduta do Código de Ética ou normativos de integridade da Companhia; ii) não contiver informações suficientes que permitam uma investigação; iii) verse sobre pessoas ou empresas que não tenham qualquer tipo de relacionamento profissional ou contratual com o Grupo NEOENERGIA ou seus acionistas.

4. A fim de decidir se uma comunicação deve ser aceita para processamento, a Superintendência de Compliance poderá, se julgar apropriado, solicitar no sistema de registro de relatos, que o denunciante (via senha ou número de protocolo pessoal) esclareça ou complemente a comunicação, fornecendo documentos e/ou informações complementares que possam ser necessários para permitir o prosseguimento de uma investigação. Caso o denunciante não complemente as informações solicitadas no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da solicitação de esclarecimentos, o relato será encerrado por falta de informações.

5. A Superintendência de Compliance deverá informar ao Comitê de Auditoria sobre a existência de denúncias de irregularidades que tenham potencial impacto em relação às demonstrações financeiras ou registros contábeis da Companhia, disponibilizando toda a documentação que o Comitê solicitar relacionada com as supostas irregularidades.

6. A condução das investigações dos relatos, os princípios, requisitos e comunicações inerentes, bem como o prazo para a sua conclusão, serão disciplinados, sem prejuízo dos artigos 14 e 15 a seguir, em manual ou procedimento aprovado pela Superintendência de Compliance.

Artigo 13 - Processamento do Relatório de Investigação.

1. Admitido o relato para processamento, a Superintendência de Compliance realizará a investigação correspondente, inclusive com a ajuda de consultores externos, se necessário. Caso o relato seja dirigido contra, ou envolva um membro da Superintendência de Compliance, esta não poderá participar do seu processamento, devendo tal relato ser processado pela Superintendência de Auditoria, com a supervisão do Comitê de Auditoria da NEOENERGIA.

2. Se o relato afetar qualquer membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, o Superintendente de Compliance informará ao secretário do Conselho de Administração, assessorando-o no processamento das informações e no processo de investigação, inclusive identificando investigador externo à Companhia, a fim de garantir a independência da investigação.

3. A Superintendência de Compliance verificará a veracidade e precisão das informações contidas no relato e, em particular, da conduta denunciada, em relação aos direitos dos afetados. Para tal finalidade, estabelecerá um procedimento de tomada de declarações para que todas as partes afetadas e as testemunhas sejam ouvidas, conduzindo quaisquer outros processos que julgar necessários. Todos os profissionais poderão ser requisitados a cooperar fielmente na investigação. A participação de testemunhas e das partes afetadas será confidencial.

4. O procedimento de audiência deve incluir, no mínimo, sempre que possível e sem trazer prejuízos à investigação, uma entrevista privada com a pessoa alegadamente responsável pela conduta relatada, tendo em vista o princípio do respeito à presunção de inocência, na qual ela será informada dos fatos que são objeto do processo, sendo-lhe dada a oportunidade de apresentar sua versão completa dos fatos, fornecer os meios de prova e questões relevantes, dependendo das circunstâncias do caso e dos fatos denunciados. O procedimento também deverá prever a informação a todas as partes afetadas sobre o tratamento a ser dado em relação a seus dados pessoais, bem como obrigações exigidas pela legislação que trate sobre proteção de dados pessoais.

5. Em todas as investigações, serão garantidos os direitos de privacidade, defesa e presunção de inocência das pessoas investigadas.

6. Em geral, a parte denunciada em um relato poderá ser informada da sua existência quando do início do processo de investigação. Contudo, nos casos em que houver um risco, conforme entendimento da Superintendência de Compliance, de que tal comunicação possa comprometer a viabilidade e a capacidade de investigação efetiva dos fatos relatados, comprometer a obtenção das provas necessárias, implicar no risco de influência indevida em testemunhas ou no risco de vazamento de informações, esta informação deverá ser adiada.

0. A Superintendência de Compliance pode solicitar, em qualquer momento do procedimento investigativo, a colaboração das áreas de recursos humanos, serviços jurídicos, compras, auditoria interna, ou quaisquer áreas operacionais, com o intuito de obter informações, determinar a forma de ação e mapear consequências em relação a qualquer relato admitido à investigação.

Artigo 14 - Conclusão da investigação

1. Concluída a investigação, a Superintendência de Compliance deverá emitir um relatório fundamentado com as conclusões apropriadas.
2. Caso o relatório conclua que um profissional cometeu um ato irregular ou um ato em violação aos dispositivos legais ou às regras de conduta aplicáveis dirigidas a profissionais da Companhia, a Diretoria de Recursos Humanos será notificada para a aplicação das medidas disciplinares que julgar apropriadas. A adoção e o conteúdo destas medidas deverão ser informados à Superintendência de Compliance.
3. Se a conclusão da investigação apontar irregularidade ou um ato contrário à legalidade ou às regras do Sistema de Governança e Sustentabilidade que afetam um membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, a Superintendência de Compliance enviará o relatório ao Conselho de Administração por intermédio de seu Secretário, a quem competirá a aplicação de qualquer das medidas previstas nos Regulamentos de Governança Corporativa, devendo o Secretário do Conselho informar à Superintendência de Compliance as medidas adotadas.
4. Caso o relatório conclua que um fornecedor cometeu um ato irregular ou um ato em violação aos dispositivos legais ou às regras de conduta previstas no Código de Ética de Fornecedores, a Superintendência de Compliance deverá notificar a Diretoria responsável por Suprimentos e Compras ou quem quer que possa ter participado da compra feita pela Companhia ou empresa do Grupo, para o exercício dos direitos contratuais apropriados. As medidas adotadas deverão ser informadas à Superintendência de Compliance.
5. Caso o relatório conclua pela possível adoção de medidas legais, a Superintendência de Compliance deverá notificar a Diretoria Executiva Jurídica para que esta tome as medidas judiciais ou administrativas que entender cabíveis, informando-as à Superintendência de Compliance.

Artigo 15 – Disposições gerais

Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e deverá ser interpretado em conformidade com as normas do Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia, especialmente seu *Código de Ética* e as Políticas de Integridade.